



**20/05/2018**

**1ª Questão – Direito Penal (Valor: 5 pontos)**

Alberto, réu em ação penal por crime de tráfico de drogas, após haver respondido a todo o processo preso preventivamente, obteve, na sentença, a desclassificação da imputação para o delito de posse de drogas para consumo pessoal. Considerando que o tempo da prisão cautelar seria mais que suficiente para compensar eventual condenação, o juiz extinguiu a punibilidade do fato, reconhecendo a detração penal analógica virtual. Publicada a sentença, as partes não interpuseram recurso, operando-se seu trânsito em julgado. Decorridos dois anos, Alberto subtrai para si, às duas horas da madrugada, em concurso de ações e desígnios com um adolescente, mediante explosão de caixa eletrônica instalada em uma padaria, cuja porta arrombou, a importância de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Pergunta-se:

- a) qual a adequação típica do fato?
- b) qual seria a resposta, caso a importância subtraída fosse de R\$3.000,00 (três mil reais)?
- c) qual seria a resposta, caso Alberto e o adolescente, na hipótese original, fossem detidos em flagrante por policiais, ainda na posse do dinheiro subtraído, assim que deixassem a padaria?
- d) qual seria a resposta, caso o equipamento avariado pela explosão estivesse sem dinheiro?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**2ª Questão – Direito Penal (Valor: 5 pontos)**

Considerando que ao crime de ameaça (art. 147 do Código Penal) é cominada, alternativamente, pena de multa, no preceito secundário da norma incriminadora, é possível a aplicação isolada desse tipo de pena, na citada infração penal, quando praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher? Ainda tendo como premissa a prática do crime em questão mediante violência doméstica e familiar contra a mulher, poderá a ofendida retratar-se da representação, caso a denúncia já tenha sido oferecida?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**3ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 5 pontos)**

O ordenamento jurídico brasileiro reconhece o “sequestro pelo equivalente” e a “perda de bens pelo equivalente”? Em que consistem tais medidas?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**4ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 5 pontos)**

É correto afirmar que a prisão domiciliar, no âmbito da persecução penal, consiste em medida alternativa ou diversa à prisão preventiva?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**5ª Questão – Direito Eleitoral (Valor: 5 pontos)**

José Francisco, médico concursado que trabalha no hospital municipal da cidade de Morro Alto, no Estado do Rio de Janeiro, candidato ao cargo de vereador nas eleições de 2016, teve seu pedido de registro de candidatura deferido pela Justiça Eleitoral, ocasião em que comprovou regularmente a sua desincompatibilização.

Duas semanas antes do pleito, em razão do surto de febre amarela que afetou a região abrangida pelo mencionado município, o diretor do hospital solicitou auxílio a José Francisco, que decidiu retornar às suas atividades profissionais para ajudar a equipe médica nas diversas ações junto à comunidade.

Na qualidade de promotor eleitoral da comarca, analise, fundamentadamente, à luz da legislação eleitoral vigente, a candidatura de José Francisco, que foi eleito vereador com maior número de votos válidos.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**6ª Questão – Direito Civil (Valor: 5 pontos)**

João, casado com Maria desde 2004, pelo regime da comunhão parcial de bens, proprietário de vários imóveis na cidade do Rio de Janeiro (Ipanema, Tijuca e Barra da Tijuca), doa em 2017 um de seus imóveis, localizado na Tijuca, adquirido em 1990, a seu filho mais velho Manoel, fruto de relacionamento anterior de João. Diante de impugnação formulada por Maria à doação, explique se a pretensão de Maria deve ser julgada procedente ou improcedente.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**7ª Questão – Direito Civil (Valor: 5 pontos)**

Paulo deixou cair de forma culposa o Notebook de propriedade de Carla, causando danos que tornaram aquele aparelho impróprio para uso. Considere os seguintes fatos, todos provados: Paulo conta com quinze anos de idade; reside com os seus pais; e tem patrimônio próprio.

Explique:

- a) qual ou quais os legitimados passivos para a ação de responsabilidade civil;
- b) qual a natureza jurídica dessa responsabilidade.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**8ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 5 pontos)**

O Município do Rio de Janeiro busca compelir centenas de pessoas, ligadas ao Movimento de Moradores Sem Teto (MMST), a desocuparem imóvel público de natureza urbana e a ressarcirem os danos causados ao patrimônio público. Para essa finalidade, pergunta-se:

- a) seria adequado propor ação coletiva em face do MMST? Justifique de acordo com os limites da coisa julgada;
- b) o Ministério Público pode ingressar como litisconsorte no polo passivo? Justifique, considerando a legitimidade e o interesse.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**9ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 5 pontos)**

A cláusula geral de negociação processual prevista no art. 190, CPC, autoriza que as partes convertam qualquer espécie de procedimento especial em procedimento comum?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**10ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 5 pontos)**

O Banco X ajuíza ação de execução em face da sociedade empresária ABC Mecânica Ltda., no valor de R\$ 500.000,00. O título executivo tem o aval dos sócios da sociedade ABC e a obrigação é garantida por alienação fiduciária de bens, com avaliação firme de R\$ 300.000,00. No curso da execução, a sociedade ABC informa a esse juízo a concessão da sua recuperação judicial em outra comarca, pugnando pela extinção do feito diante da novação da dívida exequenda.

Levando em consideração ser obrigatória a intervenção do Ministério Público no feito e que os bens objeto da alienação fiduciária são “não essenciais” e tampouco afetados ao cumprimento do plano de recuperação judicial, como opinaria o candidato quanto:

- a) ao pedido de extinção da execução;
- b) ao tratamento dos sócios avalistas;
- c) à submissão do crédito exequendo à recuperação judicial.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**11ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 5 pontos)**

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, no exercício regular de sua competência, ao reconhecer a ocorrência de mutação constitucional do art. X, da Constituição de Alfa, deliberou um novo sentido a esse enunciado, recusando o sentido anteriormente adotado. No entanto, houve uma manifestação contrária por parte de membros da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, que, entendendo que o instituto da mutação estaria sendo utilizado em desconformidade com as balizas traçadas pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro, defendeu a inconstitucionalidade da referida mutação constitucional. Nesse sentido, responda de forma justificada, e em consonância com a inteligência do sistema jurídico-constitucional brasileiro, as questões que seguem:

- a) no processo de reconhecimento da existência de mutação constitucional, haveria limites ao Poder Constituinte difuso do Estado Alfa? Justifique.
- b) no âmbito das discussões sobre a legitimidade constituinte, havendo discrepância entre o texto constitucional e a nova norma estabelecida pelo Poder Constituinte difuso, em que sentido o princípio da conformidade funcional ou justeza pode ser suscitado? Justifique.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**12ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 5 pontos)**

Diante do aumento da violência urbana, lei ordinária estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, criou um fundo especial, destinado especificamente para o custeio de ações de segurança pública. O mesmo diploma legal instituiu previsão facultando a todo contribuinte descontar até 10% do tributo devido a título de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, mediante destinação do valor correspondente ao referido fundo de segurança pública. A lei estadual descrita padece de qualquer vício concernente a sua constitucionalidade? Justifique.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**13ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 5 pontos)**

A empresa pública Águas do Rio Limpo é controlada por um determinado Estado da Federação – Rio de Janeiro – que detém 90% de seu capital votante. À ocasião da escolha de membro para o Conselho de Administração da estatal, foi indicado José, engenheiro civil sanitariano, Diretor dos Serviços de Saneamento Básico da empresa da iniciativa privada “Econovare” (cargo que ocupou por aproximadamente 15 anos) e Dirigente da organização sindical “Trabalhadores da Água” (cargo que ocupa há 05 anos). À ocasião da escolha para o cargo de Diretor-Geral, foi indicada Maria Francisca, psicóloga e jornalista, editora da Revista “Um mundo limpo” (cargo que ocupou por aproximadamente 04 anos) e Tesoureira do Partido Renovação da Vida (PRV). À ocasião da escolha de membro para o Conselho Fiscal, foi indicado Antônio, biólogo, profissional liberal, com especialidade em tratamento de esgoto (profissão que exerce há aproximadamente 06 anos), condenado no ano passado, em segunda instância, pela Justiça Estadual, por crimes contra a administração pública, ante o seu envolvimento na “máfia da reciclagem”, esquema de fraude em licitações para contratação de empresas de compostagem de resíduos sólidos.

Tais indicações se conformam ao ordenamento jurídico vigente? Responda fundamentadamente, enumerando os dispositivos normativos aplicáveis.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**14ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 5 pontos)**

Discorra sobre a possibilidade de prorrogação de contrato de concessão de serviço público, abordando, de maneira fundamentada, as questões jurídicas pertinentes ao tema.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**15ª Questão – Direito Tributário (Valor: 5 pontos)**

A empresa XYZ teve contra si lavrado auto de infração de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), tendo apresentado impugnação e recurso administrativo a tempo e modo. A decisão final administrativa, entretanto, concluiu que o imposto e a respectiva multa lançados eram efetivamente devidos e o crédito tributário restou definitivamente constituído em 19.04.2010, ocasião em que exaurida a instância administrativa, sem a possibilidade de interposição de qualquer outro recurso.

Em 25.05.2015, foi distribuída execução fiscal e, também, proferido o despacho que ordenou a citação, tendo o contribuinte sido efetivamente citado em 22.11.2016.

O contribuinte, então, manifestou exceção de pré-executividade em que aduziu:

- a) o cabimento da exceção;
- b) a ocorrência de decadência;

c) erro na apuração da base de cálculo do tributo, tendo acostado laudo de um auditor independente.

Examine a pertinência dos três fundamentos elencados pelo executado no exercício de sua defesa.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**16ª Questão – Direito da Infância e Juventude (Valor: 5 pontos)**

É possível a aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional pelo Conselho Tutelar?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**17ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 5 pontos)**

Suponha que determinado município, enfrentando crise financeira, apresente seus quadros funcionais efetivos de docentes e profissionais de saúde bastante desfalcados, em razão de vacâncias ao longo dos anos por motivos variados, tais como aposentadorias, falecimentos e exonerações. Tomando conhecimento de tal situação e de seus impactos negativos sobre os serviços públicos, o Promotor de Justiça com atribuição, nos autos de Inquérito Civil, insta o município, na pessoa do Prefeito, a prover os referidos cargos por concurso público, recebendo a resposta de que não seria possível cumprir o demandado pelo Ministério Público em razão da crise financeira e do fato de que a edilidade já atingira o “limite prudencial” de despesas com pessoal. Analisando juridicamente a alegação do Prefeito e indicando objetivamente as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, responda:

a) em que consiste o limite prudencial de despesas com pessoal;

b) procede a recusa do município em adotar as providências requeridas pelo *Parquet*?

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**18ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 5 pontos)**

Em um município interiorano, o Prefeito celebrou acordo de cooperação diretamente com empresa sob controle acionário estadual para planejar, executar e operar o saneamento básico em todo o seu território, atribuindo-lhe, portanto, os serviços mediante remuneração paga pelos respectivos usuários. Considerando que o Ministério Público recebeu representação questionando tal avença, examine a juridicidade do ajuste.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**19ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 5 pontos)**

Defina independência funcional e autonomia funcional, destacando os elementos de diferenciação e de aproximação entre os dois conceitos.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

**20ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 5 pontos)**

Em ação objetivando o fornecimento de medicamentos essenciais à vida de indivíduo maior e capaz, por ele ajuizada em face do Município e do Estado do Rio de Janeiro, o juiz deixa de intimar o Ministério Público a intervir no feito com fundamento no artigo 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e com amparo na eficiente representação dos entes públicos nos autos. Lastreia-se, ainda, no fato de a demanda versar sobre direito individual. Avalie a decisão judicial e seus fundamentos.

**Resposta objetivamente fundamentada.**

